O reflexo da ausência de leitura na escrita dos futuros bacharéis de Direito: ponderações a partir das experiências do curso de extensão em escrita jurídica

Autor(res)

João Paulo Ghiraldelli Dal Poggetto
Beatriz Marconato Da Silva Vendite

Categoria do Trabalho

Iniciação Científica

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE CAMPINAS

Introdução

Não se pode ignorar o fato de que é perceptível um decréscimo na qualidade comunicativa dos acadêmicos, principalmente ao que se refere a escrita formal, verificando-se isso tanto nas atividades de classe e avaliações, bem como nas peças prático-profissional escritas no âmbito do estágio supervisionado realizado perante o Núcleo de Prática Jurídica (NPJ).
Há indicativos suficientes da grave situação do ensino jurídico no Brasil, especialmente para as instituições de ensino privado, entretanto, isso não significa, necessariamente, que as dificuldades e limitações dos discentes são limitações pessoais.
Assim, encontra-se a importância do projeto multicêntrico “a organização da escrita jurídica na petição inicial: uma proposta intervencionista”, cujo objetivo é desenvolver e aprimorar competências, habilidades e estratégias essenciais aos discentes do curso de Direito para produzir textos de qualidade, a partir da tomada de consciência de eventuais problemas em suas escritas.

Objetivo

Trata-se de um Relato de Experiência da discente da iniciação científica do projeto multicêntrico “a organização da escrita jurídica na petição inicial: uma proposta intervencionista” e que participaram do curso de extensão de escrita jurídica, com objetivo de discutir a correlação da leitura e escrita a partir das experiências vivenciadas no curso de extensão.

Material e Métodos

Trata-se de um Relato de Experiência da discente integrante da iniciação científica do projeto multicêntrico “a organização da escrita jurídica na petição inicial: uma proposta intervencionista” e que participou do curso de extensão de escrita jurídica.
Ao final do curso de extensão foi desenvolvido esse artigo em paralelo com a pesquisa do docente e da coordenação do projeto, partindo-se de uma perspectiva diferente de análise, não mais da análise objetiva dos textos escritos pelos discentes do curso, mas sim do relato de experiência dos autores - discente e docente - na participação do curso de extensão de escrita jurídica.
Relato esse elaborado no formato acadêmico-científico a partir de uma descrição crítica e reflexiva da experiência

vivida pelos discentes e docente, com apoio teórico-metodológico, utilizando-se o roteiro proposto por Mussi, Flores e Almeida (2021), em que se realiza uma sequência lógica de argumentos para conferir cientificidade ao relato.

Resultados e Discussão

Já havia uma hipótese pelo docente aplicador do curso de extensão de que os discentes não realizavam leituras qualificadas, tendo em vista a constante dificuldade de escrita dos acadêmicos de Direito nas questões dissertativas das avaliações das matérias regulares. Ocorre que pela proximidade e pela constante prática de exercícios no decorrer do curso de extensão de escrita jurídica, pode-se observar que não havia graves problemas em relação ao conhecimento da língua portuguesa, mas duas dificuldades centrais: a) ausência de conhecimento prévio dos assuntos propostos para a escrita; b) ausência de lógica e estrutura na construção de uma dissertação. Nitidamente essas dificuldades demonstraram relação direta com a ausência de leitura qualificada pelos discentes, sejam de textos bibliográficos indicados pelos docentes ou por leituras de textos por iniciativa própria.

Conclusão

Esse trabalho permitiu o reconhecimento do aperfeiçoamento da comunicação da discente que participou do curso de extensão em escrita jurídica, expondo-se uma avaliação subjetiva da participante por meio de relatos de experiência, ressaltando-se que foi uma experiência construtiva e edificante no processo de construção de conhecimento, além de possibilitar a tomada de conhecimento de suas próprias limitações e, a partir disso, pensar em estratégias para a solução desses obstáculos.

Agência de Fomento

FUNADESP-Fundação Nacional de Desenvolvimento do Ensino Superior Particular

Referências

BÊDE, J.A.S. Estratégias de leitura e estudo no curso de Direito. CESUMAR, 2008.
BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Painéis Estatísticos do Censo Escolar. 2024a.
BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Resumo técnico do Censo da Educação Superior 2022. 2024b.
FGV PROJETOS. Exame de Ordem em Números. 2020.
INSTITUTO PRÓ-LIVRO. Retratos da leitura no Brasil. 2020.
MUSSI, R.F.F.; FLORES, F.F.; ALMEIDA, C.B. Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. Práxis Educacional, 2021.
NASSRI, R.C.B.M. Leitura: formação e concepções de alunos de direito e medicina. Psicologia Escolar e Educacional, 2000.
OAB NACIONAL. OAB Recomenda: a luta da Advocacia brasileira pela proteção da educação jurídica. 2022.
OECD. PISA 2022 Results (Volume I): The Stateof Learning andEquity in Education. 2023.